

## **Ata Circunstanciada da 34ª Sessão Ordinária**

**ATA DE SESSÃO PLENÁRIA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 34ª  
(TRIGÉSIMA QUARTA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 26 DE ABRIL DE 2023.**

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Há número regimental. Está aberta a sessão ordinária de quarta-feira, dia 26 de abril de 2023, às 15h21min.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado João Cardoso a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – O Expediente lido vai a publicação.

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Assumo a Presidência.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Solicito que a Deputada Paula Belmonte assuma a Presidência, porque eu quero fazer uso da palavra. Poucas vezes fiz isso, mas quero usar a tribuna, se me permitirem.

(Assume a Presidência a Deputada Paula Belmonte.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Assumo a Presidência e concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todas e a todos! Mais uma vez, agradeço a presença daqueles que aqui estão.

Quero falar de um tema que, desde ontem, trouxemos com enorme preocupação. Existe uma discussão, no Congresso Nacional, sobre a recomposição salarial das forças de segurança, Deputado Thiago Manzoni. O governador mandou mensagem ao Congresso Nacional, manifestando sua vontade de que o reajuste seja de 18% de forma integral, reconhecendo os anos e anos que as forças de segurança estão sem qualquer reajuste. Para nossa estranheza, o Senador Marcelo Castro ontem, como relator, acabou alterando a vontade do governador. E, no meu entendimento, de forma ilegal. Volto a dizer: de forma irresponsável, o que pode gerar uma grande crise na segurança pública.

Hoje, tivemos, no Palácio do Planalto, uma reunião capitaneada pelo Deputado Rafael Prudente e pelo Deputado Prof. Reginaldo Veras. Estive também com o presidente do meu partido, Deputado Baleia Rossi. Enfim, conversamos com muitas pessoas, para tentar entender qual é a verdadeira intenção do Senador Marcelo Castro, mas não tive condições de entender o que ele realmente quis fazer, a não ser gerar uma crise.

Quero, aqui no plenário, de forma muito responsável e tranquila – não tenho problema em reconhecer quando erro... Há uma manifestação forte no Congresso Nacional, nesse momento, em frente à Câmara, e os Deputados estão tentando, inclusive, nos ajudar a corrigir esse grave equívoco.

Acabei me manifestando lá com uma frase talvez infeliz, quando eu disse ao Senador Marcelo Castro, legalmente, juridicamente – não tenho problema em reconhecer, Sra. Presidente –, que S.Exa. deveria levar muita porrada para largar de ser otário. E disse, mesmo! Disse e reafirmo. Mas acho que

foram termos inadequados, pela posição que eu ocupo e por ser um policial civil. Alguns jornais colocam, inclusive, que o meu tom foi agressivo. Foi, mesmo! Foi, João. Não é um hábito meu.

Peço desculpas publicamente, pelos termos, mas reafirmo o meu entendimento: se o meu tom foi agressivo, mais agressivo ainda é o que o Senador Marcelo Castro, do meu partido, do meu estado, está fazendo com a segurança pública desta Capital. Aí, sim, é agressivo. Aí é irresponsável. Quem deve ir a público pedir desculpas é o Senador Marcelo Castro, que, neste momento, está gerando uma crise no Congresso Nacional, com mais de 3 mil policiais civis, militares e bombeiros lá.

Então, quem gerou a crise foi ele. Coube a mim, sim, reagir. Talvez, volto a dizer, de forma inadequada, quando eu disse o que eu disse. E disse, mesmo! Eu estava, naquele momento, ao lado da Deputada Doutora Jane e falei aquilo. Agora, volto a dizer: a intenção jamais foi incitar qualquer agressão física, qualquer atentado à integridade física daquele senador ou de qualquer pessoa, porque não é do meu feitio.

Reafirmo: se existe aqui alguma agressividade, se existe um ataque, um atentado à democracia e à vontade do gestor do Fundo Constitucional, é do Senador Marcelo Castro. Esse, sim, deveria vir à público e pedir desculpas!

Muito obrigado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sra. Presidente, solicito a palavra, pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Concedo a palavra ao Deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Presidente, primeiramente, quero parabenizá-lo por V.Exa. sair da cadeira que ocupa, como Presidente do Poder Legislativo da Capital do Brasil, e ocupar esta tribuna para falar. Parabenizo-o também por reconhecer talvez a forma veemente com que V.Exa. se dirigiu a um senador da República, que merece todo o respeito. Ele é do seu partido, goza da segurança que o Distrito Federal lhe dá e está colocando o dedo onde não deve.

Faço questão de fazer este aparte e parabenizá-lo, porque quem conhece V.Exa. sabe como o senhor defende as suas pautas. V.Exa. é muito incisivo, verdadeiro, correto, leal. Eu imagino as palavras que o senhor falou. De vez em quando o senhor fala umas assim até comigo, pastor. O senhor fala assim: “Ô, meu pastor, me desculpe!”, mas é o seu jeito de fazer a sua defesa.

Parabéns ao senhor por estar defendendo as forças de segurança do Distrito Federal. As forças de segurança do Distrito Federal já foram muito apenadas no começo deste ano. Nós fomos vergonha para o Brasil, sendo a melhor polícia do Brasil. E o senhor tem moral, porque, além de ser o Presidente do Poder Legislativo, é um policial que veio da carreira, que passou pelo sindicato. Então, continue com essa firmeza na fala, defendendo.

É uma pena que eu não sou policial – sou de formação, só –, porque eu tenho orgulho da defesa que o senhor faz de sua categoria. Tenho certeza de que a categoria da segurança pública do Distrito Federal tem muito orgulho de ter V.Exa. nesta Casa. E mais: assentado na principal cadeira desta Casa. Nós, como Deputados, temos todos os nossos embates aqui, mas o senhor é um homem correto, verdadeiro, leal e que faz como ninguém a defesa da segurança pública. Parabéns!

Que o senador tenha essa sensibilidade. Senador Marcelo Castro, eu também sou Daniel “de Castro”. Tenha sensibilidade! Eu, quando vi ontem... Eu falei com o senhor hoje: “Meu Deus do céu, está-se trabalhando por 18% e o cara quer 9%”. A nossa segurança pública está lá embaixo, já acumula uma defasagem salarial enorme. V.Exa. tem moral para fazer a defesa da segurança pública do Distrito Federal, assim como o Deputado Hermeto, a Deputada Doutora Jane e o Deputado Roosevelt Vilela.

Parabéns, Sr. Presidente.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputado Pastor Daniel de Castro, agradeço.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Paula Belmonte. Presidente Wellington, eu gostaria de parabenizá-lo pela humildade de vir aqui e dizer que talvez tenha falado de maneira inadequada. E também parabenizá-lo pela defesa do Distrito Federal,

parabenizá-lo pela defesa que o senhor faz das prerrogativas desta Casa e, em especial, pela defesa das forças de segurança do Distrito Federal.

Essa é uma batalha que o senhor tem encampado aqui não é de hoje. Desde o início do nosso mandato, o senhor está empenhado em fortalecer as forças de segurança do Distrito Federal. Eu gostaria de parabenizá-lo não só por esse discurso aqui, mas também por todo o trabalho que o senhor vem desempenhando, inclusive em parceria com outros Deputado desta Casa. É uma honra para esta Casa ser presidida por V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputado Thiago Manzoni e Deputado Pastor Daniel de Castro. Eu me sinto representado por V.Exas. As palavras nos motivam, mas também nos fazem corrigir os erros que cometemos.

Volto a dizer: tenho que reconhecer que não fui feliz nas palavras, mas continuo manifestando o meu sentimento de traição. Esta foi feita, sim, pelo senador da República, que deveria respeitar a segurança pública do Distrito Federal e não o fez. Com relação a isso, eu não retiro uma só palavra. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, Deputado Wellington Luiz. Quero reconhecer não só a luta de V.Exa. pelo reajuste salarial das forças de segurança, mas também quero deixar registrado este ato de coragem, de humildade e de bravura. O senhor cresce ainda mais vindo à tribuna do Parlamento reconhecer que suas palavras foram inadequadas; mas que o pleito está em vigor.

Quero registrar também a nossa posição. Como Deputada Federal, à época... Nós sabemos que a questão do reajuste das forças de segurança do Distrito Federal não tem impacto orçamentário. É importante deixar isso claro para toda a população que esteja nos escutando. Ele vem do Fundo Constitucional, e o Fundo Constitucional não tem impacto no Orçamento federal.

Então, a gente fica abismada por um senador da República, que não é daqui do Distrito Federal, colocar o dedo para decidir como o governador deve fazer a gestão do Fundo Constitucional. É algo impressionante o que está acontecendo. Fica aqui o apoio, tenho certeza, dos 24 Parlamentares desta Casa.

Concedo a palavra ao Deputado João Cardoso.

Passo a Presidência ao Deputado Wellington Luiz.

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (Bloco A Força da Família. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Deputada Paula Belmonte.

Fico muito feliz, Presidente Deputado Wellington Luiz, por estar sendo liderado, nesta Casa, por V.Exa. Aprecio as palavras de V.Exa. aqui, agora. Não serei redundante porque o Deputado Pastor Daniel de Castro, a Deputada Paula Belmonte e o Deputado Thiago Manzoni já fizeram as mesmas afirmações que eu faria.

O Senador Marcelo Castro realmente não deve estar pensando muito bem, não deve estar pensando que Brasília precisa de segurança pública. Trata-se de profissionais de segurança pública que sempre fizeram o seu trabalho com toda maestria.

Realmente, parece que querem que seja deflagrada mais uma crise aqui no Distrito Federal. O Governador Ibaneis Rocha fez um pronunciamento em comum acordo com o Governo Federal, dando 18% de aumento para as forças de segurança do Distrito Federal. E, de repente, o senador faz esse retrocesso.

Fico triste com o posicionamento do Senador Marcelo Castro. Ainda bem que não é Marcelo de Castro, porque seria parente do Deputado Pastor Daniel de Castro.

Pode ter certeza, Presidente, de que V.Exa. tem o apoio de todos os Parlamentares, ou da grande maioria desta Casa, naquilo que defende.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Reassumo a Presidência e, mais uma vez, agradeço pelas palavras carinhosas de apoio de cada um dos meus Colegas. Para mim, elas são extremamente importantes. Que corrijamos os erros que cometemos, mas não vamos, jamais, deixar de defender os nossos ideais e os nossos princípios. É o que fazemos, neste momento. Sei que é assim com os meus Pares. Comigo não é diferente, principalmente no que diz respeito à segurança pública.

Mais uma vez, muito obrigado a V.Exas.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, obrigado e boa tarde.

Não pedi aparte à fala de V.Exa. para fazê-lo agora. Quero parabenizá-lo pela coragem – que, às vezes, é necessário ter – e pelo gesto de nobreza. Reafirmo, aqui, nesta tribuna, o compromisso que vemos na trajetória e na luta de V.Exa., em defesa não só da própria categoria, mas também das forças de segurança e desta cidade. Então, presto toda solidariedade a V.Exa.

Presidente, quero aqui, hoje, usar o meu tempo para dizer que hoje tivemos uma assembleia histórica dos professores e professoras desta cidade. Dia 26 de abril é mais um dia que entra para a história do Distrito Federal, uma história que foi construída com a luta dos educadores e das educadoras em defesa da escola pública. Os educadores foram hoje para rua, paralisaram suas atividades nas escolas públicas dessa cidade e deram mais uma aula de cidadania, de respeito e do seu compromisso histórico com a escola pública e a educação dessa cidade.

Infelizmente, e nós temos alertado aqui nesta tribuna, quero reconhecer mais uma vez o esforço do próprio Presidente na busca desse diálogo, e nós temos alertado desde o início deste ano. Era fundamental que o governo desta cidade, o Governador Ibaneis, negociasse com a categoria dos educadores e educadoras.

Mais uma vez, aqui eu repito, Deputada Paula Belmonte, das 29 categorias de nível superior do GDF, a carreira de magistério ocupa a penúltima posição quando a gente trata de salário. São os piores salários do Governo do Distrito Federal. É com esse descaso que o governo trata essa categoria tão importante, que forma e educa nossas crianças, jovens, adultos desta cidade, que constrói diariamente aquilo que o Anísio Teixeira chamava de a máquina que constrói e fortalece as democracias, que é a escola.

E, hoje, sem proposta nenhuma... É importante destacar que a campanha salarial começou no passado. O sindicato, os professores e as professoras têm buscado uma conversa, um diálogo com o governo desde o ano passado, e hoje chegou-se ao limite, porque não há nenhuma proposta, nenhuma proposta para responder por que hoje a Capital Federal não cumpre a lei do piso nacional do magistério, por que a Capital Federal não cumpriu nenhuma das 21 metas do Plano Distrital de Educação – e nem vai cumprir a meta 20 do financiamento, a meta 17 da isonomia salarial, as metas que tratam da qualidade da gestão democrática, da construção de novas escolas.

Cada companheiro aqui neste plenário, Deputado e Deputada, que visitar hoje uma escola verá uma triste realidade: as salas de aula estão superlotadas, sem professores, sem professoras concursadas. É a primeira vez na história desta cidade que nós iniciamos o ano letivo com mais da metade dos professores em regência de classe em contratos temporários.

É preciso urgentemente recompor a agenda da educação nesta cidade. E sem proposta, coube à assembleia hoje decretar greve na rede pública de ensino. A greve vai começar dia 4 de maio. Ela não começa amanhã. Ela começa dia 4 de maio, de acordo com a assembleia.

Sr. Presidente, está nas mãos do governo. Está nas mãos do governador. É preciso, urgentemente, apresentar uma proposta de reestruturação da carreira do magistério que atenda aos interesses dessa categoria para que a gente também não prejudique a sociedade.

Eu falo porque eu fui dirigente do Sindicato dos Professores seis anos, de 2013 a 2019. Ninguém gosta de fazer greve. Greve não é um *hobby*. Greve não é alegre, porque traz prejuízo para todo mundo, para os professores e professoras, que trabalham dobrado. Depois nós temos que...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por favor, queria concluir.

Depois, é uma categoria que sempre fez. Em todas as greves dos professores e professoras, ao sair da greve, essa categoria repôs todos os dias de aula. Todos, sem exceção. Aos sábados, no recesso, em janeiro. É um sofrimento para quem está trabalhando. É um sofrimento para os estudantes, é um sofrimento para a comunidade escolar.

Então, eu quero aqui primeiro dizer para os professores e professoras dessa cidade: contem com a nossa solidariedade, contem com o nosso apoio e profunda dedicação e mobilização para achar uma solução. E a solução é a proposta aparecer. A solução é a proposta chegar para o conjunto dessa categoria.

Nós temos, Sr. Presidente, de hoje até o dia 4 de maio, um importante calendário dentro das escolas para conversar com os estudantes, com a comunidade escolar, explicar os motivos dessa ação de hoje, que foi necessária e importante para que a gente volte a ter o magistério público da Capital Federal realmente valorizado.

É preciso tirar só do discurso que a educação é prioridade. É preciso tirar só do papel, dos panfletos de campanha que a educação é prioridade. E agora é preciso que o Governo do Distrito Federal apresente uma proposta e diga de fato que a educação precisa ser e deve ser valorizada. Eu me somo aqui hoje à luta dos professores e professoras desta cidade que lutam hoje pela pauta mais justa de todas.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – A defesa intransigente da escola pública de qualidade democrática. Para garantir o direito à educação dos nossos estudantes, é preciso, também, garantir condições de trabalho dignas e decentes para quem trabalha na escola.

E quero terminar fazendo mais uma denúncia, Sr. Presidente. No dia de hoje, o contracheque dos professores em contrato temporário, que ocupam mais da metade das salas de aula, veio, mais uma vez, com erro, um terço dos salários. Não é possível que a gente tenha trabalhador e professor que entre em sala de aula todo dia e não tenha nem o seu salário garantido e nem por parte do governo desta cidade um tratamento de respeito.

Então, mais uma vez, minha solidariedade, dizendo: estamos juntos, professores e professoras, nessa luta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Gabriel Magno. Quero aqui testemunhar o esforço de V.Exa. O Deputado João Cardoso também esteve com a gente na última reunião na tentativa de buscar uma solução.

Então, os professores já reivindicam isso há algum tempo. A gente reconhece que houve uma demora e, como disse V.Exa., precisa encontrar uma solução para evitar que os professores, realmente, paralitem as suas atividades. E é um direito legítimo. Temos que reconhecer. Eu sou oriundo das entidades classistas, do sindicato, especificamente. Precisamos respeitar, portanto, a vontade desses servidores quando entendem que os seus direitos estão sendo feridos.

Parabéns, Deputado. Vou conversar aqui com o Maurício e com o nosso Secretário-Chefe da Casa Civil, que também tem se colocado à disposição para ajudar nessa interlocução. Vamos verificar, Maurício – pois nós tínhamos uma reunião marcada para quarta-feira –, se conseguimos antecipar para terça-feira, para, dessa forma, na base do diálogo, evitarmos que essa greve realmente aconteça. Esse é o nosso papel, é a nossa obrigação. E a gente precisa muito do apoio de vocês.

Agradeço ao Maurício, ao nosso Secretário Gustavo Rocha, e vamos tentar buscar uma solução.

Obrigado, Deputado Gabriel Magno.

Dando continuidade, convido para fazer uso da palavra o Deputado Thiago Manzoni. Na sequência, o Deputado João Cardoso.

Concedo a palavra ao Deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Presidente; boa tarde aos meus Pares que estão aqui, pessoal da imprensa, população que está na galeria. Boa tarde, Deputado Ricardo Vale, tudo bom?

Essa semana, Presidente... Hoje, um pouco mais cedo, eu propus e apresentei um projeto que trata da segurança nas escolas públicas do Distrito Federal. É uma tentativa de amenizar os riscos a que as nossas crianças estão expostas e de mitigar um pouco a possibilidade de acontecimentos como aquele de Blumenau, em Santa Catarina, no início do mês de abril.

Porém, parece-me que nós estamos lutando com paliativos para um problema que é muito mais grave do que o que aparenta ser. Parece-me que nós estamos nos preocupando com a ponta

do *iceberg*, e essa é uma preocupação que é válida: nós devemos nos preocupar e devemos agir no sentido de garantir a segurança das nossas crianças nas escolas.

Há algo, porém, que é muito preocupante, Presidente Wellington Luiz, que é a glamorização do crime no Brasil. Nós vivemos, no Brasil, uma sociedade e um momento social em que o crime é glamorizado. É como se o crime, de fato, valesse a pena.

Deputado Pastor Daniel de Castro, não conseguimos sequer chamar as coisas pelo nome. Nós chamamos criminosos confessos, assassinos confessos, estupradores confessos de suspeitos. Eles são tidos por suspeitos.

O nosso sistema penal, a nossa legislação penal e processual penal refletem essa glamorização. Nós temos uma malfadada audiência de custódia que coloca em liberdade criminosos perigosos para a população. Ninguém vai preso à toa. A pena privativa de liberdade não existe por acaso. O meliante que tem a sua liberdade, que é um direito natural de todo ser humano, privada, não pode conviver em sociedade, porque não respeita os princípios e valores éticos e morais que baseiam a sociedade.

Eu vou dar o exemplo desse assassino de Blumenau. Aquele covarde entrou com um machado numa escola e assassinou quatro crianças indefesas. Todas as crianças eram filhas únicas. Ele entrou com um machado e matou cada uma delas. Quando a gente liga a televisão ou abre um jornal, ele é chamado de "o jovem de Blumenau". Ele não é o jovem de Blumenau. Ele é um assassino, ele é um criminoso. Esse cara tem que apodrecer na cadeia.

O nosso sistema, porém, reflete a forma de pensar de um tempo, então o crime é glamorizado, e ele virou "o jovem de Blumenau". Não, não é o jovem. Um estudante que esfaqueia um professor não é um menor infrator que cometeu um ato análogo ao crime e tal. Não. É um criminoso. Cometeu um crime, esfaqueou um professor. Então, essa glamorização nos atrapalha demais.

Esse cara que assassinou quatro crianças havia sido preso quatro vezes, e ele foi devolvido para a sociedade por conta dessa glamorização. E, hoje, nós temos quatro famílias chorando a morte das suas crianças, porque esse criminoso foi colocado de volta para conviver em sociedade.

Essa glamorização...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Não. Ele passou, antes, quatro vezes pela prisão, mas foi solto e matou essas quatro crianças.

Essa glamorização do crime é péssima.

Outro sintoma evidente, que faz com que nós estejamos, aqui, desesperados para cuidar das nossas crianças, é que chamamos de ataque. Ataque dá a sensação de uma espécie de vinculação política a essa covardia que foi perpetrada. Não é um ataque à escola. É assassinato, é homicídio contra crianças indefesas por motivos torpes.

Agora, a moda é dizer que a pessoa surtou e matou os outros. Eu acho até engraçado, porque ninguém surta e entra numa delegacia para matar policial. É só em escola, é só com idoso, é só com mulher. Ninguém surta e fala assim: "Ah, eu vou entrar..." – sei lá – "...numa reunião onde está todo mundo armado e vou com uma machadinha matar..." Não. É uma glamorização indevida.

Outro sintoma claro disso e que nos fez estar, aqui, reunidos com o Secretário de Educação – peço só mais um minutinho, Sr. Presidente – é que nós possibilitamos, nós aceitamos conviver com um sistema em que a pena do agressor é menor do que a da vítima. Estamos acostumados. A pessoa comete um crime...

Não são raros os casos em que a pena do agressor, de quem cometeu o crime, é menor do que a pena da vítima. Eu volto para o assassino de Blumenau. Ele ceifou quatro vidas e daqui a oito, dez anos, se não menos, ele estará com a liberdade dele de volta.

O estuprador, que macula a vida de uma mulher para sempre, daqui a alguns anos estará de volta, e ele não terá sido castrado. A mulher que foi estuprada foi maculada para sempre, emocional e fisicamente, mas o estuprador vai cumprir uma pena e, depois, ele volta para o convívio social. E nós nos acostumamos a conviver com isso.

Além de resolver o problema das escolas, Deputado Roosevelt Vilela – e eu quero parabenizar V.Exa. por seu esforço para fazer isso também –, nós precisamos rever os nossos conceitos. A nossa sociedade vive segundo princípios, valores e conceitos que não são adequados. Esses conceitos estão batendo na nossa porta, e nós não sabemos como reagir.

Na semana passada, a gente viu até viatura do DETRAN-DF – Departamento de Trânsito do Distrito Federal fazendo segurança em escola, porque a gente permitiu uma indisciplina, conceitos e valores distorcidos crescerem a tal ponto que agora a gente tem que resolver o problema. “Pelo amor de Deus! Coloca até viatura do Detran, porque senão vão matar as nossas crianças nas escolas”. Que tipo de sociedade é essa em que a gente está vivendo? Como a gente pode tolerar que isso seja verdade nos nossos dias?

Fica aqui o meu desabafo e a propositura do projeto de lei para que a gente resolva o problema das escolas ou, pelo menos, tente resolver, mas o principal são as ideias de que nossos sistemas penal e processual penal precisam ser revistos...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para encerrar.

Precisam ser revistos com princípios e valores que sejam corretos e que atendam aos anseios da população de maneira geral, porque a maioria da nossa população não concorda com o que está acontecendo e não aceita conviver com isso.

Eu agradeço, Sr. Presidente. Boa tarde para todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parabéns, Deputado Thiago Manzoni, pelo excepcional pronunciamento. Nós nos sentimos representados pela sua fala. Esse é o nosso sentimento. Tenho certeza de que os nossos Parlamentares têm o mesmo entendimento. Precisamos rever o que está acontecendo na sociedade como um todo. Muito obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado João Cardoso. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (Bloco A Força da Família. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos. Quero registrar aqui a minha gratidão de, mais uma vez, estar aqui nesta tribuna podendo falar, podendo me expressar, pedindo a Deus que nos abençoe. Quero agradecer esta oportunidade ao nosso Líder do bloco A Força da Família.

Tivemos hoje um almoço na 26 de setembro, mais um almoço do bloco A Força da Família. Estamos reforçando a força da família. O discurso do Deputado Thiago Manzoni traz o problema da segurança das escolas, mas temos que olhar a escola também pelo lado social e psicossocial, Deputado, e a família está dentro disso. Uma criança que tem uma família fortalecida, com certeza, é uma criança que terá mais segurança, mais autoestima para poder caminhar na sua vida. Por isso, a importância desse bloco A Força da Família para que a gente possa, cada vez mais, fazer essa força e essa união das pessoas, para que entendam que a família é o princípio de tudo, é o princípio da nossa sociedade. Eu me sinto honrada de estar representando agora o bloco da família.

Hoje estamos completando quatro anos de uma lei sancionada pelo Presidente Bolsonaro, que foi de autoria de um colega meu, um deputado federal que foi Ministro da Cidadania, o Deputado Osmar Terra: a Lei da Vovó Rose. Essa lei fala a respeito exatamente das nossas crianças e dos adolescentes. A vovó Rose mora aqui em Brasília. Eu tive a oportunidade de conhecê-la. Ela infelizmente perdeu o neto. Por quê? Porque ele começou a se automutilar e depois cometeu suicídio. É algo seriíssimo que acontece na nossa sociedade, e temos que ter essa preocupação com os nossos adolescentes, as nossas crianças.

Eu aproveito aqui esta tribuna como mãe de seis filhos, mãe de jovem, mãe de criança, mãe de adolescente... Que a gente olhe os nossos adolescentes, que a gente acompanhe os nossos filhos.

Como estavam falando aqui, é um prejuízo para a nossa sociedade as escolas entrarem em greve. Portanto, aproveitamos esta oportunidade para fazer um apelo ao governo: que olhem a demanda do professor. Que estruturam as escolas com psicólogos, com assistentes sociais, para que a gente possa dar estrutura emocional para esses jovens. Hoje os jovens estão sendo pressionados. Precisamos trazer essa política. Essa lei fala a respeito de que possamos cada vez mais nos antever, nos prevenir. A prevenção é falando, é trazendo mecanismos para dentro da escola, é trazendo mecanismos para dentro da Câmara Legislativa para que a gente possa promover a consciência. Por que, Deputado Roosevelt Vilela, Deputado Ricardo Vale? O jovem esconde quando começa a se mutilar. Esconde com as mangas compridas do casaco e vai se escondendo. Aquele pai acha que é apenas uma fase e é quando infelizmente perdemos os nossos jovens.

Estive em uma escola no Recanto das Emas em que há um lindo trabalho com quase

quinhentos alunos. Vinte e sete meninas foram descobertas mutiladas. Eles fazem um trabalho para essas meninas com arte. Você vê primeiramente os quadros delas pintados com cores escuras e depois começa a ver cores. As cores que mudam cada um. Trabalham com o psicológico dessas crianças, trazem amparo para essas crianças.

Fica aqui o meu reconhecimento, o meu pedido para que esta Casa seja um berço. Que a gente possa trazer esse assunto ao conhecimento da população e trazer um amparo aos nossos jovens como política de Estado. Infelizmente estamos vendo uma sociedade muitas vezes adoecida. Um homem que sai da sua casa, como foi dito aqui, com um machadinho para cometer um crime bárbaro desse, com certeza não está em sua sã consciência. A nossa sociedade precisa entender que é um problema que todos nós temos que acompanhar. Temos que trazer pautas, proporcionar cursos, proporcionar conversas para que a gente possa cuidar desse assunto.

Por isso os CAPs – Centros de Atenção Psicossocial são importantes; por isso a Secretaria de Assistência Social é importante; por isso o psicólogo dentro da escola é importante; por isso é importante que os pais acompanhem seus filhos, vejam o que eles estão vendo na internet. Que as famílias sejam fortalecidas.

Sr. Presidente, peço mais um minuto para falar sobre uma outra pauta importante. Nesta semana, nós estivemos no Paranoá. Eu, como Deputada Federal, tive oportunidade de destinar emendas para o Distrito Federal, principalmente para os produtores rurais do Distrito Federal.

Todas as vezes em que falo de emenda, eu gosto de explicar para a população o que é emenda. Emenda é um dinheiro destinado para os Parlamentares indicarem... mas esse dinheiro não é deles, esse dinheiro é da população, é de quem pagou imposto. Desse imposto que todos nós pagamos, retira-se um valor para que o Parlamentar possa atender a sua comunidade.

Nós temos esse trabalho de informar para a população que a emenda é da população, e nós fazemos o trabalho de destinação dessa emenda com muita transparência e com muita fiscalização.

No começo do nosso mandato, nós tivemos a oportunidade de destinar 600 milhões para o auxílio na construção de um galpão rural lá no Paranoá. Naquele momento, não foi possível construir aquele galpão. Na sequência, nós trabalhamos para conseguir mais dinheiro para a construção do galpão rural, que vai atender toda aquela população rural do Paranoá. Hoje, o valor que conseguimos para destinar ao Paranoá exclusivamente pela indicação de emendas de minha autoria, Deputada Paula Belmonte, foi de R\$9.600.000,00 (nove milhões e seiscentos mil reais).

Nós vamos construir esse galpão. Já estivemos na NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil com o Presidente Fernando Leite. Ele confirmou para nós e reafirmou que esse projeto vai sair, já está saindo, já está em fase de conclusão. Nós estivemos na Secretaria de Agricultura, com o Secretário Fernando. Ele também disse que a secretaria já está preparada para receber o projeto e encaminhá-lo para a fase de licitação. Se Deus quiser, entregaremos isso para a população e para todos os produtores rurais lá do Paranoá.

É importante ressaltar que o Distrito Federal faz parte de uma região que é a maior região de produção de grãos, o Centro-Oeste. Precisamos, cada vez mais, valorizar o produtor rural. Por isso, peço para o governo dar atenção à regularização fundiária. O prazo para a regularização, que era até dia 15 de abril, não foi estendido. Que esse prazo seja postergado para que essas pessoas consigam regularizar suas terras. Isso traz toda segurança para o produtor rural.

Na Câmara dos Deputados, eu fazia parte da Frente Parlamentar da Agropecuária. Aqui, eu quero dizer que quero trabalhar muito nessa pauta do produtor rural, principalmente do produtor rural familiar. Há aqui, no Distrito Federal, um grande potencial de crescimento. Há terra; há terra fértil; há o povo que está querendo, cada vez mais, se organizar para produzir, para levar uma alimentação de qualidade para as mesas das pessoas. Temos o compromisso de defendê-los.

Então, registro aqui que, se Deus quiser, daqui a um ano, haverá o galpão rural lá no Paranoá. Haverá também um abatedouro, que estará disponível para toda a comunidade das cooperativas. Será o primeiro abatedouro de cooperativa, também na região de Planaltina. Haverá ainda uma fábrica de ração.

Estamos aqui pedindo a todos os 24 Parlamentares que abracem a pauta do produtor rural, porque todos nós aqui em Brasília vamos ganhar com isso.

Muito grata, Presidente. Que Deus o abençoe.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputada Paula Belmonte. Mais uma vez, parabéns pelo excelente pronunciamento. V.Exa. tem a nossa solidariedade e o nosso apoio

pela forma veemente como defende seus princípios e valores. Muito obrigado.

Encerro os Comunicados de Líderes.

Primeiro, quero informar que morreu na madrugada desta quarta-feira a Professora Sônia Dourado, moradora do Guará e muito conhecida por criar a Casa da Cultura do Guará, na gestão do ex-Administrador Regional Alexandre Gonçalves, que serviu de inspiração para a criação de outras casas do gênero nas outras regiões administrativas. Sônia tinha 79 anos, estava internada há uma semana no Hospital Brasília de Águas Claras com pneumonia agravada pelo quadro avançado da doença de Alzheimer, descoberta em 2019 e acelerada nos últimos meses.

Fica aqui as nossas condolências e os meus sentimentos pela perda da Professora Sônia, que tive o prazer e a felicidade de conhecer. Que Deus cuide da sua alma.

Paralelo a isso, eu e o Deputado Roosevelt Vilela acabamos de receber da Direção Geral da Polícia Civil – e confirmada pelo Deputado – a informação de que foi encontrado um acordo com relação ao reajuste das forças de segurança. A Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros estiveram presentes e fizeram com que esse acordo pudesse, portanto, ser proporcionado. A gente agradece a todos os deputados federais e senadores que contribuíram para a solução desse problema. Agradeço a todos.

Vou suspender a sessão por três minutos para atender ao Chefe da Casa Civil. Muito obrigado.

(Suspensa às 16h10min, a sessão é reaberta às 16h11min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro reaberta a presente sessão.

Antes de passar aos Comunicados de Parlamentares, eu gostaria de confirmar se há treze Parlamentares em plenário. Vamos fazer uma recomposição de *quorum*, porque é importante votarmos alguns requerimentos e moções de extrema importância – inclusive eles são de autoria do nosso Vice-Presidente, Deputado Ricardo Vale. São discussões que precisam ser tratadas. (Pausa.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Apenas para justificar a ausência do Deputado Chico Vigilante, Líder da bancada do PT, que fez um exame hoje e não pôde, infelizmente, comparecer à sessão. Registro que o Deputado Chico Vigilante está sempre presente, mas, hoje, por motivos de saúde, não pôde comparecer. Fica aqui a justificativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Registrado. É inquestionável a sempre presença do Deputado. Estamos em oração pela recuperação mais rápida de S.Exa. Obrigado.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado. Eu queria também aproveitar, como Líder, para justificar a ausência, até o momento, da Deputada Dayse Amarilio, que está no Congresso Nacional, participando do evento do piso da enfermagem. É a oficialização do projeto de lei no Congresso Nacional, no qual ela trabalha há muito tempo.

A minha fala de hoje é direcionada a um tema de grande repercussão distrital, que é a greve deflagrada pela categoria dos professores e professoras – talvez a maior categoria e uma das mais importantes desta cidade.

Acho que essa greve, como fato político que tem desdobramentos na política pública de educação, Sr. Presidente, ela não é benquista, ela não é querida por ninguém. Mas, como muitas greves – V.Exa. que foi um líder sindical nesta cidade –, ela é necessária. Essa é uma das categorias que mais têm sido maltratadas sistematicamente pelo Governo do Distrito Federal. Eu queria, depois, distribuir o contracheque dos professores para cada um dos Deputados e Deputadas. Eu acho que é importante a gente ter um choque, um senso de realidade, do que os professores e professoras desta cidade estão passando sem uma reestruturação de carreira e sem serem ouvidos pelo Governo do Distrito Federal.

Então, eu acho que nós precisamos fazer um pacto nesta Casa. Deputados de todos os blocos, independentemente do partido, nós precisamos fazer um pacto pela educação. Esse pacto pela

educação é o apoio ao movimento e à mobilização legítima dos professores e professoras que não aguentam mais a situação de penúria e de descaso que estão vivendo. Talvez ela seja uma das piores categorias do ponto de vista salarial e de reestruturação no Distrito Federal. São insuficientes os 6% em 2023. E, mais do que isso, há muitos ajustes que são necessários.

Portanto, esta Casa precisa abrir um diálogo, fazer um pacto, inclusive paralisar votações, Deputado Ricardo Vale, para abrir o diálogo com o governo. O governo tem de sentar à mesa, fazer uma negociação aberta e resolver os problemas dessa categoria.

Ninguém quer greve. Nenhum professor ou professora quer fazer greve. Ninguém gosta da greve, mas ela é uma medida urgente, uma medida necessária em um momento em que o governo não abre o diálogo de forma satisfatória. "Ah, mas agora vão dizer que o governo tinha uma suposta reunião marcada". Pessoal, são quase cinco anos de abandono sem receber devidamente as categorias. Não é natural que um governo trate a categoria – a maior categoria da cidade – dessa forma.

Então, eu acho que a medida de urgência precisa do apoio de todos os Parlamentares, mesmo que seja uma medida com desdobramentos ruins para a política pública de educação – obviamente há esses desdobramentos –, mas o sentimento de estudantes, de mães, de pais também é contra a precarização da educação pública na cidade.

Meu apelo é aos Líderes de diferentes blocos partidários: vamos nos mobilizar, vamos pressionar o governo, Deputado Pastor Daniel de Castro, para que ele possa receber a categoria e abrir um diálogo com ela, para que essa greve seja breve. Mas o fato é: os professores e as professoras, independentemente do governo, só arrancaram suas melhorias salariais, sua reestruturação com luta. Agora eles estão em luta e devem contar com o apoio, a mobilização e a pressão desta Casa para que haja realmente resultados, consequências, melhorias. E que a reestruturação da carreira dos professores e das professoras, de fato, possa acontecer.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Fábio Félix.

Estamos aqui tentando confirmar a reunião com o Chefe da Casa Civil, Gustavo Rocha, que tem sido um importante interlocutor. Acabei de falar com o Dr. Maurício aqui. Então, estamos tentando fazer com que essas reuniões aconteçam – o Deputado Gabriel Magno está acompanhando isso de perto – e que possamos manter, sim, o canal do diálogo aberto para evitar transtornos maiores.

Parabéns pelas colocações. Vamos ver se conseguimos minimizar esses danos, mantendo o diálogo.

Muito obrigado, Deputado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Presidente, o Deputado Fábio Félix está pedindo que a gente abra esse diálogo. Já vejo a proatividade de V.Exa. ao telefone, fazendo as ligações, mas está aqui o Maurício, Secretário Parlamentar do Governo do Distrito Federal. Cadê o Maurício? Está por aí? Maurício, entre em campo. Que a gente não trabalhe nessa perspectiva da greve até o dia 4, como o Deputado Fábio Félix falou. Vamos trabalhar para não haver essa greve. Esse governo é do diálogo. Então, que, realmente, todo mundo entre em campo para que o governo possa atender a categoria dos professores.

Eles são nossos mestres. Nós todos passamos pelas mãos deles. Que o senhor entre em campo, como o Presidente está fazendo com o Secretário da Casa Civil, para que o governo atenda essa categoria. É um pedido simples. Está dentro do Fundo Constitucional. É importante para todos nós, porque temos os nossos filhos estudando na rede pública também.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Pastor Daniel de Castro.

Eu queria só pedir uma gentileza, Deputado Gabriel Magno. Há treze Parlamentares neste momento. Há os requerimentos extremamente importantes do Deputado Ricardo Vale e os da Deputada Paula Belmonte. Votamos só os requerimentos, não vamos votar as moções. Há algumas moções, neste momento, ainda polêmicas, e não há número suficiente para discussão.

Suspendemos os Comunicados de Parlamentares, fazemos a votação e depois voltamos para o

Grande Expediente. *Ok?* (Pausa.)

Não havendo ninguém contrário, assim procederemos.

Encerro os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

#### ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Apreciação em bloco, em turno único, dos seguintes itens:

Item nº 258:

Discussão e votação, em turno único, dos requerimentos:

- Requerimento nº 443/2023, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “Requer a realização de audiência pública, no dia 27/04/2023, em defesa dos frentistas”;

- Requerimento nº 445/2023, de autoria do Deputado Iolando, que “Requer a realização de Audiência Pública para discutir a situação do Serviço de Convivência em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 455/2023, de autoria da Deputada Paula Belmonte, que “Requer a realização de Audiência Pública Itinerante com a finalidade de debater o Projeto de Lei nº 303, de 2023, que “Dá nova denominação ao Restaurante Comunitário de Ceilândia”.

Em discussão os requerimentos. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à Assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando os requerimentos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito às Sras. e aos Srs. Deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis. Houve 11 ausências.

Estão aprovados.

Encerro a Ordem do Dia.

Passa-se ao

#### GRANDE EXPEDIENTE.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foram votados apenas os requerimentos constantes do item nº 258. É isso mesmo?

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado.

O Deputado Gabriel Magno pediu que fosse exibido um vídeo.

Concedo a palavra ao Deputado Gabriel Magno e, ao mesmo tempo, solicito que seja

preparado o vídeo. Quando autorizado por S.Exa., inicie-se a exibição. (Pausa.)

Enquanto o Deputado prepara o vídeo, eu gostaria de, rapidamente, ler uma postagem do Governador Ibaneis Rocha com relação ao reajuste das forças de segurança pública, encaminhada pelo nosso secretário, chefe da Casa Civil.

O governador diz: "O projeto de reajuste para as forças de segurança do Distrito Federal, que encaminhamos para o Palácio do Planalto, é um reconhecimento da capacidade e competência dos nossos servidores. Acredito e tenho trabalhado muito pela aprovação do reajuste de 18% o quanto antes. Essa é a luta de toda a sociedade do Distrito Federal".

Agradeço o apoio do Governador Ibaneis Rocha nessa importante causa.

Concedo a palavra ao Deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, peço permissão só para ver se a nossa técnica também está com o vídeo e se podemos exibi-lo antes da minha fala, por favor.

(Pausa.)

(Exibição de vídeo.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, obrigado por permitir a exibição do vídeo, cujas imagens fiz questão de recordar.

Aqui, nesta Casa, nós chegamos a assistir a outro vídeo, editado, diga-se de passagem, por um jornalista irresponsável, que tentou manipular uma informação importante sobre o acontecido no dia 8. Depois, quando as mais de 120 horas de vídeos de todas as câmeras vieram à tona, viu-se que não é bem aquela narrativa que estava no vídeo editado.

É óbvio que, se houve algum agente público que foi omissos, ele vai ter que responder.

Eu quis passar esse vídeo aqui, Sr. Presidente, para lembrarmos o que aconteceu no dia 8 de janeiro: foi um crime, uma tentativa de golpe de Estado fracassada. Ninguém naquelas imagens estava rezando. Ninguém naquelas imagens estava achando que era outra coisa. Era uma tentativa de golpe!

Houve gente aqui a dizer que chegou de Uber às 5h da tarde sem saber o que estava acontecendo. Não é possível! É isso que está sendo investigado no inquérito do Supremo Tribunal Federal pela CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito desta Casa e vai ser investigado pela CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional.

O Partido dos Trabalhadores é a favor da CPMI e vai ter que haver. Os agentes públicos que se omitiram e permitiram o que nós acabamos de ver vão ter que responder. Aqueles que organizaram isso vão ter que responder. Aqueles que financiaram isso vão ter que responder.

São esses que hoje se encontram presos na Papuda e na Colmeia. Não são, como alguns já tentaram dizer aqui, inocentes. As imagens deixam isso evidente. Essas imagens, Sr. Presidente – olhe só! –, estão todas na internet. As pessoas que as divulgaram. Não há nenhuma imagem aqui sob sigilo. Elas estão nas redes sociais.

É para dizer e reforçar: é preciso ir a fundo no esquema que estava organizado, no roteiro do golpe que se iniciou no dia 30 de outubro do ano passado, com o resultado das eleições, e que teve como mentor intelectual o ex-Presidente da República Jair Bolsonaro, que hoje, inclusive, deu um depoimento à Polícia Federal. O nobre colega, mais cedo, chegou a dizer nesta tribuna que tinha que acabar com essa história de que quem comete crime depois se arrepende, dizendo que estava fora das suas sanidades mentais.

Não quero entrar neste debate aqui, Sr. Presidente, porque eu acho que este debate é muito mais profundo que o debate raso que precisamos fazer sobre esse tema, mas olhe só qual foi a versão do ex-Presidente Bolsonaro na Polícia Federal ao ser questionado do porquê de ter postado um vídeo nas redes sociais chamando o golpe. Ele o postou porque estava sob efeito de remédios. Não sabia o que estava postando. Foi essa a desculpa que o ex-Presidente deu no depoimento à Polícia Federal.

Havia uma rede criminosa que ocupou o Brasil e a República nos últimos anos, e ela vai ser desmascarada. Todos os responsáveis pela tentativa de golpe contra a República, contra a democracia brasileira e contra o povo brasileiro vão ter que pagar.

Fiz questão, Sr. Presidente, de a gente rememorar os atos golpistas, os atos criminosos e, na palavra inclusive de Ministros do Supremo Tribunal Federal e vários juristas, os atos terroristas do dia 8

de janeiro. A gente, de maneira nenhuma, pode esquecer o que aconteceu no dia 8, para que nunca mais isso aconteça no nosso País. É preciso fazer a justiça de transição e punir aqueles que cometeram crime contra o povo brasileiro e contra a democracia na Ditadura Militar, que ainda não o foram, e nessa tentativa frustrada de um golpe. É sem anistia para golpista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Gabriel Magno.

Realmente, são imagens que chocam. Eu lamento, porque, de fato, elas ferem a democracia. Independentemente de questões ideológicas, isso é um ataque à democracia. Eu, como brasileiro, senti-me afrontado ali e, como político, atacado. Entendo que, de fato, coisas como essas precisam ser denunciadas, e V.Exa. fez isso muito bem.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria corroborar a fala do Deputado Gabriel Magno. Acho importante S.Exa. ter trazido esses vídeos, porque me parece que, para algumas pessoas, essas imagens e essa situação caem no esquecimento. Alguns até atribuem essas imagens a infiltrados, mas são infiltrados que estão presos e recebendo romaria de deputados do PL. Há visitas recorrentes dos deputados federais do PL defendendo os infiltrados.

A gente sabe que não são infiltrados. São pessoas – parte de um projeto político – que tentaram organizar um golpe neste País – e um golpe violento! – e elas devem ser investigadas.

Eu queria saudar a leitura, hoje, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional que vai investigar os atos do dia 8. Estou muito feliz com a decisão. O Congresso Nacional segue a linha da Câmara Legislativa do DF e, agora, vai ter uma CPI própria, Sr. Presidente.

Pasme, Deputado Gabriel Magno, aqueles que falavam que queriam uma CPMI no Congresso – abra as redes deles –, agora, estão caladinhos. Não a querem mais. Eu fui ao Congresso Nacional agora, e os deputados e os senadores que queriam investigar a fundo agora estão com medo, porque a CPMI do Congresso vai funcionar, vai chegar aos financiadores, vai chegar aos idealizadores, vai chegar aos planejadores e aos executores.

Então, acho que vai ser uma CPMI fundamental. Vai ser muito importante também o trabalho colaborativo da CPI da Câmara Legislativa do DF, que deve trabalhar junto, para apurar as responsabilidades do Poder Público local nesse processo.

A última vez em que os Poderes da República foram invadidos foi na época dos integralistas. Essa foi a última vez em que deixaram isso acontecer. Então, havia plena confiança por parte do Governo Federal em relação às forças de segurança do DF, que não deram conta do recado. Obviamente, elas não deram conta do recado.

Há aquelas teorias absurdas e eu acho até um pouco – desculpe a palavra, Sr. Presidente – canalhas de querer atribuir a culpa ao governo que tomou posse e que estava sendo vítima de um golpe, mas a gente sabe que essas teorias não prosperam. Os fatos, as imagens, os pix vão ajudar a gente a chegar em quem planejou, e eu espero que sejam punidos no rigor da lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Fábio Félix.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, eu só quero parabenizar o Deputado Gabriel Magno por trazer essas imagens lamentáveis que ocorreram aqui no dia 8 e dizer como é importante a gente estar sempre retomando a história, sempre lembrando a história, porque é impressionante. Eu achava que, com a derrota eleitoral dos fascistas, a indústria das *fake news*, a indústria de mentiras iria, pelo menos, diminuir um pouco. Mas esses caras têm uma capacidade tão grande de inventar mentiras, de construir *fake news*, que, agora, existe um contingente tão grande de bolsonaristas, que acham e acreditam, por meio das mentiras que eles pregam e das *fake news* que eles criam, que essas pessoas que aparecem nessas imagens são petistas infiltrados, são militantes do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é o pessoal da Esquerda que cometeu aqueles crimes no dia 8, que tentou um golpe de Estado contra o Governo Lula, o próprio governo que eles elegeram. É um absurdo! É um absurdo como esses caras têm a capacidade de manipular mentes e de manipular pessoas, de mentir e de fazer *fake news*, enfim, esses

fascistas da extrema Direita brasileira não têm um pingão de pudor.

É por isso que espero que o Projeto de Lei nº 2.630, que está para ser votado na semana que vem, que combate as *fake news*, seja aprovado na íntegra. A gente precisa colocar esses criminosos que disseminam a mentira, as *fake news* na cadeia, porque eles manipulam pessoas – e as pessoas acreditam mesmo.

Pasmem! Eu tenho amigos bolsonaristas que falam que quem quebrou o Congresso Nacional como um todo foram os petistas, foi o Movimento Social dos Trabalhadores Sem Terra, foi a Esquerda. Isso é impressionante.

Quero parabenizar o Deputado Gabriel Magno – essas imagens têm que estar sempre sendo colocadas, não só aqui nesta Casa, mas em todas as casas, enfim, em todos os lugares, nas escolas, para as pessoas identificarem e saberem quem foi que realmente tentou um golpe de Estado neste País, que foi a extrema Direita, que foram os fascistas, que foram os derrotados pela Esquerda neste País.

É isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Ricardo Vale.

Concedo a palavra ao Deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, Deputados e Deputadas. Boa tarde a quem assiste a esta sessão pela *TV Câmara Distrital*. Boa tarde aos jornalistas.

Eu começo dizendo que é muito bom vir a esta tribuna com o sentimento de ter equilíbrio para falar. Nós vivemos um tempo ruim. Esse tempo de extremistas – extrema Direita, extrema Esquerda – está levando o Brasil para onde o Brasil está indo. Agora, eu me admiro ao ouvir o Deputado dizer que o PT – Partido dos Trabalhadores quer a CPI. O PT quer hoje. O PT não queria a CPI. Eu falo isso com muita tranquilidade, porque aqui está o Deputado Gabriel Magno, que está na CPI daqui; o Deputado Fábio Félix, que está na CPI; o Deputado Max Maciel, que também sempre está aqui na CPI; a Deputada Paula Belmonte.

Eu sou titular da CPI e, desde sempre, estou falando que tinha que ter a CPI. E o Lula estava dizendo que não queria a CPI. Agora, o PT vem aqui dizer que quer a CPI. Eu acabei de receber um recado do nobre Deputado, cujo nome vou preservar, porque agora ele está dizendo que o Líder do PL – Partido Liberal não quer a CPI. É a briga política. É o jogo político.

Presidente, esse jogo político é perigoso. Quer ver como ele é perigoso? Falar que essas imagens são montadas – isso é perigoso! Isso é *fake news*. Eu trouxe filmagens que quem publicou foi a *CNN*, um órgão oficial de comunicação neste País. Quem está brigando pela liberdade de expressão são aqueles que sabem o quanto ela custa.

Eu passei o final de semana todo estudando, Presidente, o que é o ordenamento jurídico, principalmente o Código de Processo Penal. O Código de Processo Penal não aceita a criminalização de um conjunto geral de pessoas! Mesmo essas invasões a gente repudia de forma veemente, porque mexe com a gente, é o nosso patrimônio. Qualquer cidadão de bem é totalmente contrário ao que houve. Mas como é que a gente vai buscar quem fez, quem patrocinou, se o PT não queria a CPI lá no Congresso Nacional? Como faremos isso se o PT colocou sigilo nessas imagens? Agora que o Alexandre de Moraes mandou liberar todas as imagens.

É bom ressaltar que a CPI da Câmara Legislativa já tem protagonismo. Começamos um grande entesamento entre Direita e Esquerda aqui nesta Casa, cada um querendo tudo, e nós tivemos o equilíbrio de dividir... A Esquerda assumiu a Presidência, a base assumiu a relatoria – claro, com a vossa sabedoria de mostrar que a gente precisava ter o equilíbrio para buscar a verdade real, para condenar quem precisa ser condenado.

Eu me admiro com o fato de haver Deputado que vem à tribuna dizer que aquelas pessoas são terroristas. Cadê os terroristas do MST que já invadiram o Supremo Tribunal Federal? Então eles são terroristas também? Queimaram ministérios. São terroristas também? Eu acho que há pessoas que precisam ter respeito às que estão lá, porque o Código de Processo Penal não aceita a punibilidade em um contexto geral. Deve ser individualizada a conduta, porque nem todo mundo que participou vai ser penalizado pela mesma conduta. Isso não pode! Cada um tem uma conduta diferente, e é por isto que há um Código de Processo Penal: para se individualizar a conduta de cada um e encaixar essa conduta na pessoa para criminalizá-la, para punir quem é culpado e absolver quem é inocente. É isso que se busca no contexto da verdade real.

Agora, as narrativas são engraçadas. Eu sou Parlamentar, estou nesta Casa, e fico abismado, como advogado, ao ver como as narrativas são interessantes. Elas valem para um momento, e não valem para outro. Elas valem para umas pessoas, e não valem para outras. Elas têm que valer para todos! A lei é para todos, até porque a lei vai dizer que todos são iguais perante ela e que todo mundo vai responder por aquilo que praticou. É isso que nós buscamos.

Eu falo que a CPI daqui vai ser vanguardista, porque eu tenho certeza de que a CPI do Congresso vai querer compartilhar conosco o que nós já ouvimos aqui. Aliás, diga-se de passagem, com tudo isso que a gente está vendo, eu estava ontem, Presidente, lendo o depoimento do General G. Dias à Polícia Federal. Está lá. Amanhã vou trazer aqui para a CPI. Há uma hora em que ele diz que pega o telefone dele, passa para o General Dutra, e o Dutra passa para o Presidente Lula. E o que foi tomado de decisão? O GSI mandou uma mensagem para a CPI desta Casa dizendo que não podia compartilhar as imagens porque não dava, porque não estava tudo gravado, não havia algo que as armazenasse. Meu Deus! Pegasse alguma coisa de 10TB, que armazena tudo, que daria para mandar! Não mandou porque não quis.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Graças a Deus, estão 180 horas gravadas. Surpresa que vai vir de tudo quanto é lado, mas precisa vir, Deputado Fábio Félix. Precisa vir! Não estou aqui para colocar a mão em bolsonarista, em lulista, não é isso, não! Direita, Esquerda, não é isso, não!

A gente tem as nossas ideologias, mas eu estou desde sempre aqui nesta Casa dizendo: temos que buscar a verdade real! Dói ver uma imagem dessa! Dói mais ver o General G. Dias passeando dentro do GSI – Gabinete de Segurança Institucional, Sr. Presidente! E dizer que não prendeu ninguém, porque podia dar morte! Dar morte como? Não havia ninguém armado ali! Que falácia é essa? Que narrativa é essa? Essa narrativa não vai colar, não!

Claro que eu sei que vai pegar muita gente da Direita, eu não tenho a menor dúvida! Eu assisti a tudo isso aí! Eu li tudo isso aí! Eu tenho certeza de que muita gente da Direita vai ser criminalizada – e precisa ser –, Sr. Presidente! Seja da Direita, seja da Esquerda, mas existe gente da Esquerda que também vai ser! Porque eu assisti ao vídeo, estou lendo os depoimentos e há omissão, há leniência. Não vou mais fundo, porque não quero exarar juízo de valor.

Não sou eu, nós da CPI vamos investigar, vamos encaixar essas condutas, vamos apresentar um grande relatório para o Ministério Público e para a Justiça deste País. E nós esperamos que a Justiça deste País realmente faça justiça. Eu vou reafirmar sem medo de errar: existe inocente preso! Desculpe-me, Deputado, a sua fala, esses aí, não! Mas há inocente que estava diante dos acampamentos orando, sim! Há, sim! Eu nunca fui lá! Mas há!

Não se esqueça que, antes do dia 8, sessenta dias antes, essas pessoas todas estavam acampadas e manifestando. Errado ou certo, segundo a sua visão, eu aceito o argumento, mas na minha visão estava correto! Exerciam o livre direito de expressão, consagrado pela Constituição do nosso País. Elas tinham direito de se manifestar. O direito é consagrado. E, diga-se de passagem, Sr. Presidente, quem mais se manifestou nesta Nação foi a Esquerda!

(Soa a campanha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que me conceda mais uns minutinhos pela sua bondade.

Quem mais se manifestou nesta Nação foi a Esquerda! A Esquerda sabe o preço da manifestação! A Esquerda sabe o preço da democracia!

Então, o que eu peço? Tenhamos equilíbrio!

Eu rogo a Deus, Deputado Ricardo Vale, que apareça... Eu sempre uso V.Exa. como exemplo em muitos lugares por onde eu ando, V.Exa. é da Esquerda, bate quando tem que bater, mas tem equilíbrio. Aqui nesta Casa, graças a Deus, a Esquerda é bastante equilibrada, nós estamos conduzindo a CPI por um presidente do PT que nos respeita.

Eu peço a Deus, está na hora de nascer uma liderança! Está na hora de o Lula parar de governar falando de Bolsonaro! Esquece! Bolsonaro perdeu a eleição! Lula vai continuar governando este País falando de Bolsonaro o tempo todo?

A bolsa está caindo, o dólar está caindo, a picanha não veio, a cerveja não veio! Para com isso! Para com narrativa! Vá governar o Brasil! Foi ele que ganhou a eleição! Até quando nós vamos ficar

nessa narrativa? Aliás, diga-se de passagem, quem está governando é o Flávio Dino! Lula não parou de viajar desde quando assumiu a Presidência da República! Meu Deus!

No debate de televisão, não me lembro quem, mas tinha razão quando falou: "Lula vai ganhar a eleição, mas ele vai ficar viajando e vai deixando o Alckmin governar". O perigo é o Alckmin gostar de governar e, daqui a pouco, vir um *impeachment* para tirar o Lula e colocar o Alckmin. Esse que é o perigo, não é?

Mas o Lula tem que governar o País! Ele é o Presidente da nossa Nação. Não é o meu Presidente, porque eu não votei nele, mas ele me representa, porque é o Presidente do meu País e eu amo o meu País! E eu torço para dar certo! Agora, só dará certo se o cidadão se sentar na cadeira de presidente e governar a Nação. Não dá para deixar o Flávio Dino... Aliás, vocês do PT prestem atenção, hein? Deputado Gabriel Magno, Deputado Ricardo Vale, Deputado Chico Vigilante, cuidado, hein? Cuidado! Acho que o Flávio Dino está gostando demais de aparecer. Ele aparece mais que o Presidente Lula, viu? E ele mentiu, porque falou que não estava lá e depois falou que estava. Existe muita narrativa, Sr. Presidente.

Eu concluo dizendo que, na verdade, eu gostaria é de passar um pano em tudo isso, continuar os inquéritos, penalizar quem precisa ser penalizado. Mas está na hora, gente, de a gente sair da narrativa. Passou a política. Tem que descer do palanque, Presidente, tem que governar. Tem que governar! O Brasil precisa ser governado. É uma máquina, é uma nação extraordinária, que produz. É uma potência esta Nação.

Nós temos que sair dessa narrativa. E me perdoem: não é só a Direita que é errada, não. Parem de culpar só a Direita. Vamos deixar a CPI caminhar, vamos deixar os fatos virem à tona. E nós vamos saber, lá na frente, quem é inocente e quem é condenado.

Só peço a Deus que dê iluminação ao Ministro Alexandre de Moraes. Há muita gente sofrendo. Eu sei que a Esquerda sempre vai falar que é criminoso, que é terrorista. Desculpem-me, mas não vou chamar nenhum deles de criminoso nem de terrorista. No final, pode ter certeza, Deputado Fábio Félix, que vou vir a esta tribuna dizer, seja quem for, que eles são bandidos e que, por fim, estão condenados. Até então, vige o princípio do direito na nossa Nação...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Ninguém é culpado antes. Ninguém. E nós precisamos obedecer ao devido processo legal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Pastor Daniel de Castro. V.Exa. coloca reflexões importantes, de fato, para o nosso País e para nós, na condição de lideranças políticas. De fato, o País precisa caminhar, com cada um respeitando a ideologia e as questões partidárias de cada um. V.Exa. coloca com muita propriedade muitas situações que precisam, de fato, ser avaliadas com muito cuidado.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Não vou entrar aqui no mérito das colocações do meu nobre colega Deputado Pastor Daniel de Castro quanto ao Governo Lula, porque já foi feito o balanço dos cem dias: a volta do SUS, o piso nacional da enfermagem, a volta do Zé Gotinha, o anúncio da vacinação com Pfizer liberada para todo mundo, o bolsa família, que volta grande; o anúncio do Minha Casa Minha Vida, que volta a gerar moradia para o povo do Brasil. Eu não vou entrar no mérito do que o Governo Lula já fez nesses últimos cem dias. Na educação, o reajuste do piso dos professores, 2 bilhões para as faculdades, enfim...

Mas eu quero entrar em um mérito importante, meu nobre amigo e colega Deputado Pastor Daniel de Castro: ninguém aqui fez juízo ou faz juízo de manifestações. Pelo contrário!

V.Exa. está correto, a Esquerda sempre foi para a rua fazer manifestação. Hoje, os professores deram um exemplo de manifestação em defesa de direitos, em defesa da escola. Esta semana, na Esplanada, acontece o Acampamento Terra Livre, dos povos indígenas originários, manifestação fundamental em defesa de direitos, como fazemos. A CUT – Central Unica dos Trabalhadores, greves gerais...

Não é isso o que está em jogo e não é isso o que nós questionamos. O que nós questionamos não são as manifestações, que são democráticas e devem acontecer e ser respeitadas neste País. O

que está sendo questionada é a tentativa de um golpe de Estado e o pedido de uma intervenção militar, o que é crime, como está dito na Constituição Federal de 1988!

Então, eu quero deixar isso transparente para quem está nos ouvindo. Quero também reforçar: manifestações democráticas fazem parte da história deste País desde que ele foi invadido pelos portugueses, em 1500, e fazem parte das lutas do povo brasileiro, da Esquerda e dos movimentos sociais.

Tenho muito orgulho, Presidente, por ter ajudado a construir um partido – e de ocupar hoje uma de suas cadeiras – que faz parte da história democrática deste País, que é o Partido dos Trabalhadores. Ele conseguiu forjar o maior líder político e social da história deste Brasil, chamado Luiz Inácio Lula da Silva.

Só para terminar, Presidente, quero dizer que não temos nenhuma preocupação com o Ministro Flávio Dino ou com o Vice-Presidente. Nós construímos uma chapa com base em um programa para derrotar o atraso que tomou o País nos últimos anos. O Presidente Lula viaja muito mesmo para reconstruir a imagem do País perante o mundo. Vai com os ministros e com os agentes do governo. Não são mais viagens familiares com filho, papagaio, esposa e sogra de não sei quem. Malas não voltam mais para o Brasil com joias de propinas para tentar fazer espúrios acordos internacionais. Nós voltamos para a era do Presidente que viaja para o exterior e volta para o Brasil com acordos comerciais, de interesse do povo brasileiro.

Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Gabriel Magno.

Cada colega coloca seu ponto de vista aqui e será devidamente respeitado por esta Presidência. Esta é uma democracia, os Parlamentares foram eleitos pela população para representar as suas ideologias e as suas vontades. Enquanto Deus nos der oportunidade e força, nós iremos presidir a sessão, respeitando o posicionamento de cada colega.

Concedo a palavra ao Deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Presidente. Saúdo todas e todos da Casa e quem nos acompanha pela *TV Câmara Distrital*. Mais uma vez, agradeço a oportunidade.

Vimos mais uma vez fazer uma fala pautada na nossa bandeira e na nossa luta, que é o transporte público. Quero chamar a atenção dos senhores para o que aconteceu hoje no Governo do Distrito Federal.

O GDF anunciou que vai renovar os contratos da Urbi e da Marechal por mais dez anos. Para quem não sabe, esses contratos venceram hoje, dia 26. Há a previsão legal de renovação automática por mais dez anos.

Mas nem vou questionar aqui a licitação ou o contrato, porque já foram questionados pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e está *sub judice* no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, aguardando decisão sobre a nulidade, por uma série de fatores já pontuados nos relatórios.

Estou querendo focar nessas renovações. Aqui quero fazer uma fala bem precisa. Nós não estamos sendo contra um ou outro segmento econômico. Só estamos querendo aquilo que é direito da população, que é o direito à cidade.

Queremos focar nessas renovações porque o governo diz que renovar é mais barato que fazer nova licitação. Nós perguntamos: mais barato quanto? Porque até hoje nós não temos qual é o custo do sistema do transporte público do Distrito Federal. Nós já fizemos vários cálculos. Achamos 3 bilhões e 700, 3 bilhões e 200, 2 bilhões e 500. É bilhão com B de bola que não acaba mais, mas a gente não sabe, de fato, qual é o valor, se já está em conta o valor do usuário, quem baliza essa tarifa técnica. Então, precisamos saber quanto mais barato, porque na realidade de quem usa o transporte público está custando caro esse sistema.

Não temos certeza desses números, e olha que o governo não manda para nós, já pedimos várias vezes, mas vão renovar. Se vão renovar, quero dizer que vão continuar na mesma. Por exemplo, todos os dias recebemos centenas de reclamações de horários, de ônibus que quebram, que fazem fora da frota, que saem fora da rota, que não têm as linhas, ou os ônibus novos, como algumas empresas dizem. E queremos pontuar isso também, as reclamações são dos usuários.

Nesse momento, o que nós estamos fazendo? Levantando cedo, saindo pelos terminais e,

quando a gente encontra um veículo parado, a gente tira foto e pergunta qual foi o último dia que houve uma manutenção nesse transporte. Porque, se os senhores e senhoras não sabem, nós pagamos também pela taxa de investimento dessas empresas. Então, não é justo que um ônibus quebre com trabalhadores e trabalhadoras dentro dele, porque ele está sendo remunerado e bem remunerado, porque é uma das passagens mais caras do País, mas ainda é um dos piores serviços da América Latina.

Nós acreditamos que essa renovação precisa acontecer na mudança de rotas, de horários, de frequências. Precisamos cumprir, olha que interessante, o contrato. Falo mais uma vez, não estou questionando a licitação e o contrato, outros órgãos já estão questionando, mas, se existe um contrato, eu quero que siga o contrato. E sabe o que diz o contrato? Que nós temos que ter um centro de controle operacional.

Até hoje nós não temos um centro de controle operacional. Quem espelha o centro de controle operacional são as empresas que detêm informação e espelham com a secretaria. Isso não faz sentido se nós estamos dando uma concessão pública. Quem tem que fiscalizar é o Estado. Não podemos ficar refém das empresas com as informações.

Não temos, por exemplo, que está no contrato, o que nós chamamos de DF no Ponto. Olha só que interessante, talvez muitos não saibam, mas está no contrato que, nas paradas de ônibus de grande circulação, era para ter um painelzinho igual àquele eletrônico dizendo o horário do ônibus, qual linha que está se aproximando, em quantos minutos ela está se aproximando. Não sou eu que estou dizendo não, Deputado, isso está em contrato e nunca foi implementado nesses últimos dez anos.

E as pessoas – eu vou repetir mais uma vez – chegam à parada e não sabem se o ônibus passou, se vai passar, se está atrasado, se quebrou, o que aconteceu e ficam trinta, quarenta minutos esperando. Sendo que isso está lá pactuado como também uma necessidade de informação.

Nós queremos uma renovação que leve em consideração o Índice de Qualidade de Transporte – IQT, que também está no contrato. Há dez anos não temos nada sobre esse índice. Índice que baliza se o ônibus está sujo, se cumpriu o horário, se está dentro da rota limite, se está dentro da qualidade necessária. Isso envolve fiscalização do Estado e também leva em consideração as reclamações dos usuários pelas ouvidorias. E esse IQT, mais uma vez, cada empresa tem o seu IQT, mas nós, enquanto governo... nós, não, o governo não tem o IQT com controle e com ação necessária. Não sabemos se esses indicadores estão sendo cumpridos e levados em consideração para a renovação. Nós temos a São José, que está pendurada, e não sabemos o modelo. Para concluir, Sr. Presidente. Nós temos a Urbi, que sinaliza que renovou todas as frotas. E eu vou reafirmar: não tenho certeza. Mas o que nós estamos fazendo? Visitando as garagens. Já visitamos a da São José, vamos visitar a da Piracicabana e, logo mais, vamos visitar as outras três. A gente quer acompanhar e saber das empresas.

Elas já estão no sistema. A gente só quer que sigam o contrato. E, se o contrato diz que eles têm que sair na hora, a gente quer que eles saiam na hora. Se o contrato diz que esse ônibus tem que estar limpo, a gente quer que ele esteja limpo. Se esse ônibus não pode atrasar, a gente quer que ele não se atrase. Mas, se atrasar, nós queremos um sistema que faça com que o usuário saiba que está atrasando e que ele organize o horário de sair de casa e chegar à parada, para não ficar exposto numa parada correndo risco, mais uma vez, de sofrer algum tipo de violência.

Uma renovação que considerou ou não considerou os mais de 60 milhões de dívidas que as empresas têm de multas. Grande parte, judicializada. Sessenta milhões dá para a gente colocar dentro do sistema e melhorá-los. Está aí uma proposta para o governo que nós vamos apresentar.

Queremos viver novos capítulos do sistema do transporte público. E, mais uma vez, deixo o alerta que esse modelo econômico-financeiro não funciona. Todas as nossas recomendações estão sendo entregues ao Governo do Distrito Federal e à secretaria na perspectiva de uma mudança. Eu, enquanto Presidente da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, e toda a equipe vamos sempre entregar para a secretaria todas as nossas recomendações.

Nós vamos apresentar a mudança de rota, mudança de horários. É fácil mudar o sistema? Da noite para o dia, não. Nós tivemos um prazo para pensar numa nova licitação, mas preferimos não licitar, preferimos renovar. E olha que interessante: o próprio governo contratou uma pesquisa da FGV – Fundação Getúlio Vargas que balizou que há outra possibilidade de cálculo do sistema tarifário que não esse e que possa ser mais barato para a população.

Fica aqui o nosso compromisso de lutar por um transporte público verdadeiramente gratuito. Quando eu falo gratuito, é para todo mundo sem custo. Na verdade, não queremos tirar o custo que o

Estado banca. Nós queremos que, se o Estado banca uma parte, que ele banque tudo, pelo direito à cidade. Que as pessoas possam se locomover com tranquilidade, levando-se em consideração o grande aumento populacional do Distrito Federal e a necessidade de novas rotas, horários. Aqui nós estamos sempre entregando esses relatórios, para que possamos melhorar esse sistema.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Max Maciel. Parabéns pelo pronunciamento.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, demais colegas Deputados, desejo uma boa tarde a todos.

Sr. Presidente, eu venho aqui hoje nessa tribuna... Tenho andado nas cidades do Distrito Federal, conversado com a população. Esses dias, eu estive na cidade de Planaltina e recebi algumas reivindicações da comunidade. Há pessoas que hoje estão gastando duas horas no trânsito para conseguirem chegar ao Plano Piloto em virtude da falta de malha viária e soluções de mobilidade para aquela região.

Então, eu queria aqui, sendo bem breve, deixar um pedido para que o governo atue, de maneira contundente, para que a gente possa garantir a essa população que consiga ter acesso a um fluxo de trânsito que seja adequado. Não sei se avançando para a terceira parte. É uma pauta que tem que ser defendida. Investindo em modais de transporte para aquela localidade, para que as pessoas não fiquem mais de duas horas no trânsito.

É inadmissível que aqui, no Distrito Federal, a gente tenha a nossa população, numa cidade histórica, passando pelo que está passando hoje: duas horas para conseguir chegar aqui ao trabalho, às vezes, no Plano Piloto, ou para voltar para sua residência no final do expediente. Muitos trabalhadores, pessoas que ficam um período longo dentro de um ônibus para poder contribuir e agregar aí com a nossa economia local.

Então, eu queria deixar aqui essa fala, um pedido para que o governo atue para que a gente consiga dar condição para a população de Planaltina não ficar duas horas no trânsito para chegar ao trabalho e para poder voltar para sua casa.

Muito obrigado. Deus abençoe!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, nosso Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Eduardo Pedrosa.

Questiono se alguém quer fazer uso da palavra. (Pausa.)

Não havendo *quorum* suficiente e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Muito obrigado a todos e a todas.

(Levanta-se a sessão às 17h05min.)



Documento assinado eletronicamente por **MILENE DE ALENCAR FERNANDES - Matr. 13109, Consultor(a) Técnico - Legislativo**, em 27/04/2023, às 15:13, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 27/04/2023, às 15:17, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
Código Verificador: **1146167** Código CRC: **E0F64E55**.